



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



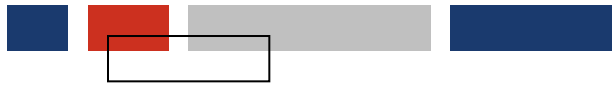
Secção Permanente de Estatísticas Económicas

» Contas Nacionais Portuguesas

Base 2021

Departamento de Contas Nacionais

 4 de Novembro de 2024



Índice



- Enquadramento/objetivos
- Novas fontes
- Aspectos metodológicos
- Impactos e principais resultados



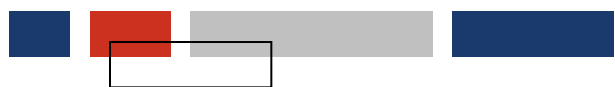


Índice



- Enquadramento/objetivos
- Novas fontes
- Aspectos metodológicos
- Impactos e principais resultados

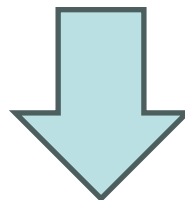




Enquadramento/objetivos

Enquadramento Europeu:

- Sistema Europeu de Contas prevê atualização regular das bases de Contas Nacionais (CN)
- Política de revisões harmonizada (*Harmonised European Revision Policy* – HERP) preconiza mudanças de base quinquenais
- Mudança de base das CN devem estar alinhadas com revisões da Balança de Pagamentos



Todos os países Europeus implementaram ou vão implementar a curto prazo uma mudança de base, de forma coordenada, abrangendo Contas Nacionais e Balança de Pagamentos

Enquadramento/objetivos

As contas nacionais são revistas de forma periódica. Dois tipos de revisões:

- ✓ Regulares, abrangem um número limitado de anos/trimestres:

| | Data de publicação | | | |
|---|--------------------|-------------------|--------------------|------------------|
| | Primeiro trimestre | Segundo trimestre | Terceiro trimestre | Quarto trimestre |
| Extensão das revisões anuais, excluindo o ano divulgado pela primeira vez (nº de anos) | 1 | 1 | 2 | 0 |
| Extensão das revisões trimestrais, excluindo o trimestre divulgado pela primeira vez (nº de trimestres) | 7 | 4 | 9 | 2 |

- ✓ Revisões de base, não são muito frequentes, ocorrendo a cada 5 anos e potencialmente afetam toda a série temporal

Enquadramento/objetivos

Estreita articulação INE e BdP

- Planificação e objetivos intermédios
- Reuniões periódicas de acompanhamento
- Universos harmonizados para a compilação de CN
- Diálogo técnico regular
- Partilha de documentação e informação específica
- Análise de resultados

Diálogo com Eurostat: *feedback* do ciclo de verificação do RNB e das discussões no domínio do PDE



BANCO DE PORTUGAL
EUROSYSTEM



Enquadramento/objetivos

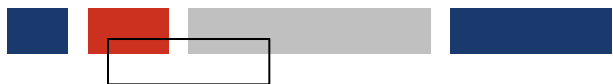
Objetivos:

- Integrar nova informação/fontes de natureza estrutural
- Aumentar o grau de consistência do Sistema de Contas Nacionais (Contas Financeiras e Não Financeiras; Balança de Pagamentos)
- Implementar a edição 2022 do Manual do Défice e da Dívida das Administrações Públicas

Oportunidade para:

- Aperfeiçoar metodologias
- Incorporar recomendações/decisões do Eurostat resultantes do ciclo de verificação RNB, em curso, da base 2016 e/ou *Task Forces*
- Incorporar recomendações/decisões do Eurostat no domínio do Procedimento dos Défices Excessivos (PDE)





Índice



- Enquadramento/objetivos
- **Novas fontes**
- Aspectos metodológicos
- Impactos e principais resultados

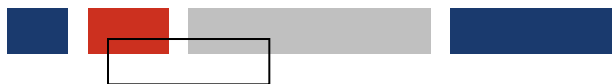




Novas fontes

Incorporação de novas fontes de informação:

- Inquérito às Despesas das Famílias – IDF 2022/2023
- Recenseamento Geral da População e Habitação – Censos 2021
- Inquérito às Empresas do Comércio – IECOM 2021
- Recenseamento Agrícola – RA 2019
- Novas séries da Balança de Pagamentos (bens e serviços; rendimentos; e transferências)



Índice



- Enquadramento/objetivos
- Novas fontes
- Aspectos metodológicos
- Impactos e principais resultados





Aspetos metodológicos

1. Revisão geral do cálculo do Consumo de Capital Fixo (CCF)

- Com o objetivo de melhorar a qualidade e comparabilidade das estimativas do CCF, foram integradas as recomendações da Task-Force europeia FIXCAP
- Foram alterados diversos parâmetros no cálculo, nomeadamente vida útil por ativo, os perfis de sobrevivência de ativos e os perfis de perda de eficiência económica

2. Ajustamentos na classificação setorial de unidades institucionais

- Reclassificação de unidades antes integradas no S15 (instituições sem fins lucrativos ao serviço das famílias - ISFLSF) e que transitaram para o S11 (sociedades não financeiras), utilizando diversas fontes de informação, algumas apenas recentemente disponíveis na Infraestrutura Nacional de Dados, com destaque para o e-fatura
- Reclassificação de um número reduzido de entidades no setor das Administrações Públicas



Aspetos metodológicos

3. Atualização dos modelos de preços hedónicos para o cálculo das rendas imputadas de habitação

- Integração dos dados dos Censos 2021
- (Alterações na composição das rendas efetivas (+) e imputadas (-))

4. Alteração de registo de algumas operações específicas das Administrações Públicas ocorridas no passado

- Alteração do registo da receita dos leilões de licenças de CO₂, que passa a seguir o registo caixa com desfasamento de 12 meses para toda a série
- Alteração da forma de registo do perdão da dívida a Moçambique e São Tomé e Príncipe, que passou a ser registado na totalidade no ano em que foi acordado o perdão



Aspetos metodológicos

5. Outras alterações:

- Reclassificação de algumas transações, nomeadamente a fronteira entre impostos/subsídios aos produtos (D21/D31) ou à produção (D29/D39)
- Introdução da nova classificação do consumo final por objetivos (COICOP)
- Alteração de cálculo dos lucros reinvestidos (BoP)
- Registo do resseguro e consistência entre fontes
- Reavaliação da FBCF e respetivo stock de habitação detida por não residentes (nova informação da AT, subjacente ao Índice de Preços da Habitação)



Índice



- Enquadramento/objetivos
- Novas fontes
- Aspectos metodológicos
- Impactos e principais resultados



Principais impactos e resultados

Principais agregados da despesa em 2021 (base 2021 versus base 2016)

| | 2021 (10 ⁶ €) | | Revisão | |
|--|--------------------------|----------------|--------------------|-------------|
| | Base 2016 | Base 2021 | (10 ⁶) | (%) |
| Despesa de consumo final residentes | 177 585 | 177 183 | - 402 | -0,2 |
| Despesa de consumo final das famílias | 132 999 | 133 603 | 604 | 0,5 |
| Consumo de bens alimentares | 27 336 | 27 772 | 437 | 1,6 |
| Consumo corrente não alimentar | 100 956 | 100 937 | - 18 | 0,0 |
| Consumo de bens duradouros | 11 530 | 11 779 | 249 | 2,2 |
| Despesa de consumo final das ISFLSF (1) | 4 198 | 3 456 | - 742 | -17,7 |
| Despesa de consumo final das AP (2) | 40 389 | 40 124 | - 264 | -0,7 |
| Formação bruta de capital | 44 566 | 45 322 | 756 | 1,7 |
| da qual: Habitação | 8 396 | 8 874 | 478 | 5,7 |
| Exportações de bens e serviços | 89 450 | 89 950 | 500 | 0,6 |
| Exportação de bens (FOB) (3) | 64 727 | 64 824 | 97 | 0,2 |
| Exportação de serviços | 24 723 | 25 125 | 403 | 1,6 |
| Importações de bens e serviços | 95 548 | 95 961 | 413 | 0,4 |
| Importação de bens (FOB) (3) | 79 958 | 79 999 | 41 | 0,1 |
| Importações de serviços | 15 590 | 15 962 | 373 | 2,4 |
| Produto Interno Bruto a preços de mercado | 216 053 | 216 494 | 441 | 0,2 |

Revisão residual do PIB (0,2%)

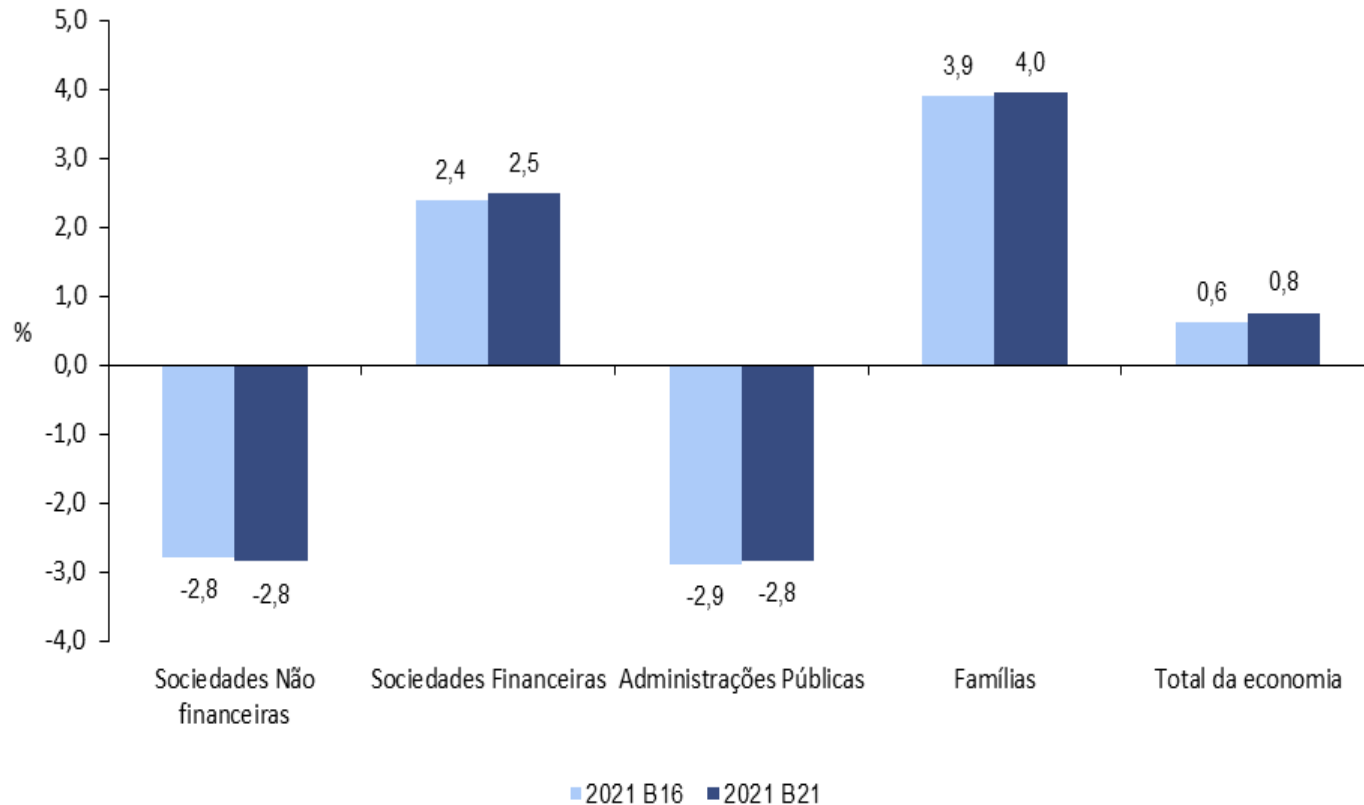
Composição

- + DCF Famílias
- - DCF ISFLSF
- - DCF AP
- + FBCF
- + Exportações (serviços)
- + Importações (serviços)

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”

Principais impactos e resultados

Capacidade/necessidade de financiamento e taxa poupança das famílias (base 2021 versus base 2016)



A capacidade de financiamento da economia melhorou para 0,8% do PIB;

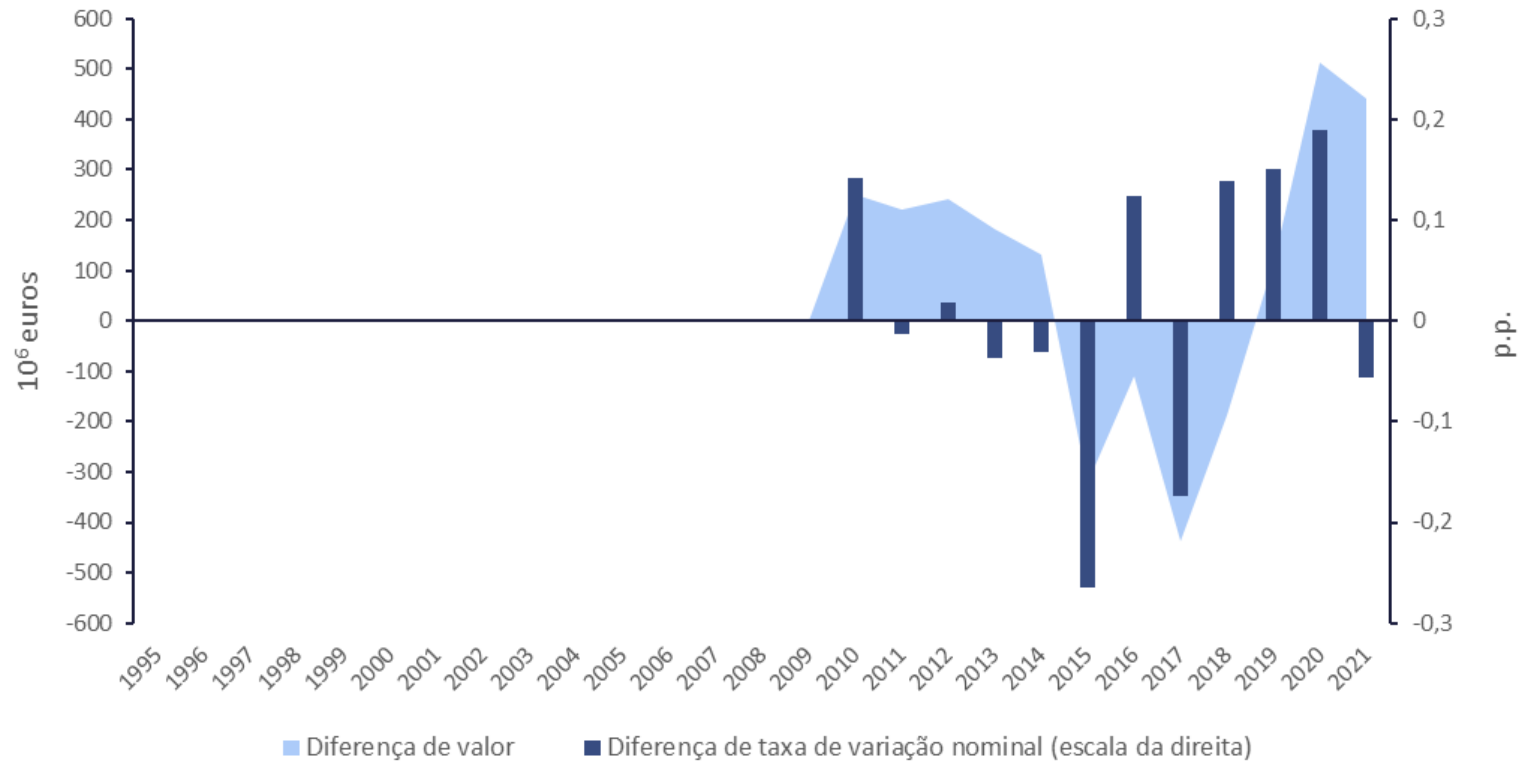
A capacidade de financiamento das famílias aumentou de 3,9% para 4,0% do PIB

A taxa de poupança das famílias subiu de 10,6% para 11,0% do PIB



Principais impactos e resultados

Revisões do Produto Interno Bruto (base 2021 versus base 2016)



Base 2021 revê PIB e componentes 2010-2021

Alterações pontuais (e residuais) na composição do PIB desde 1998

Revisão média 2010-2021 +0,02%

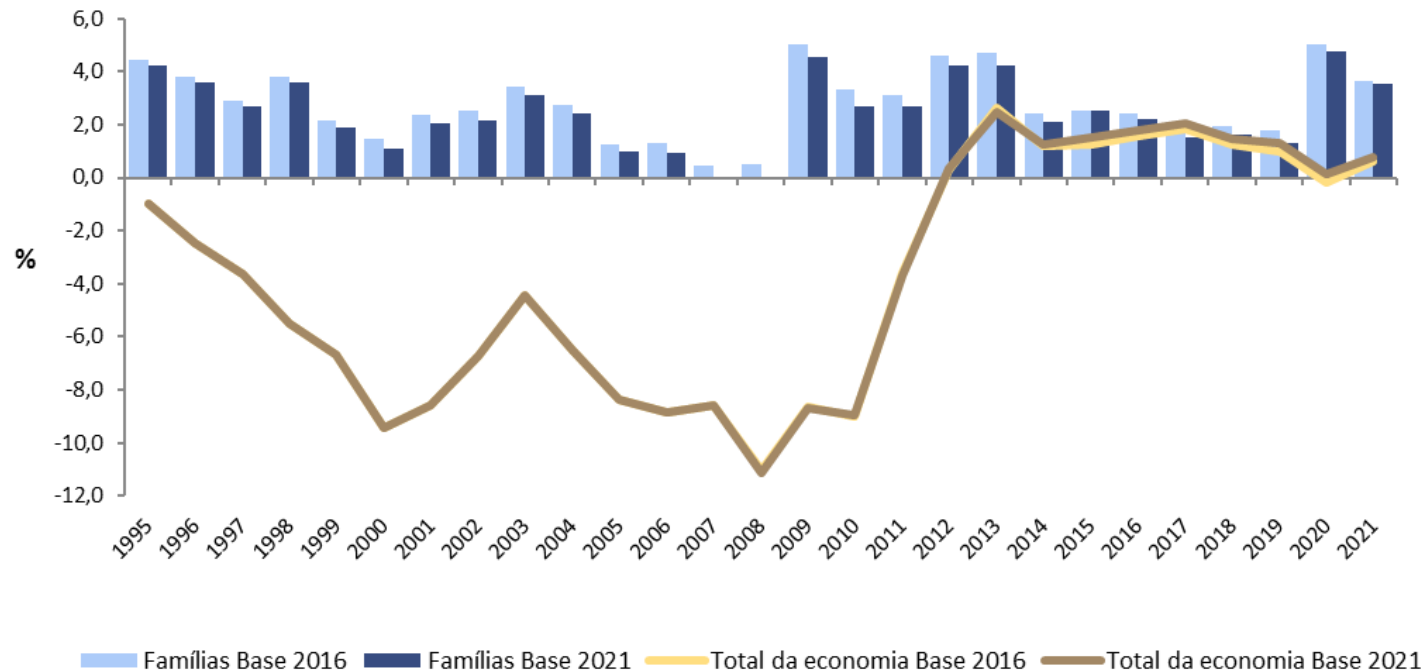


Principais impactos e resultados

Capacidade/necessidade de financiamento (base 2021 versus base 2016)

A Capacidade de financiamento melhorou 0,1% do PIB (média anual)

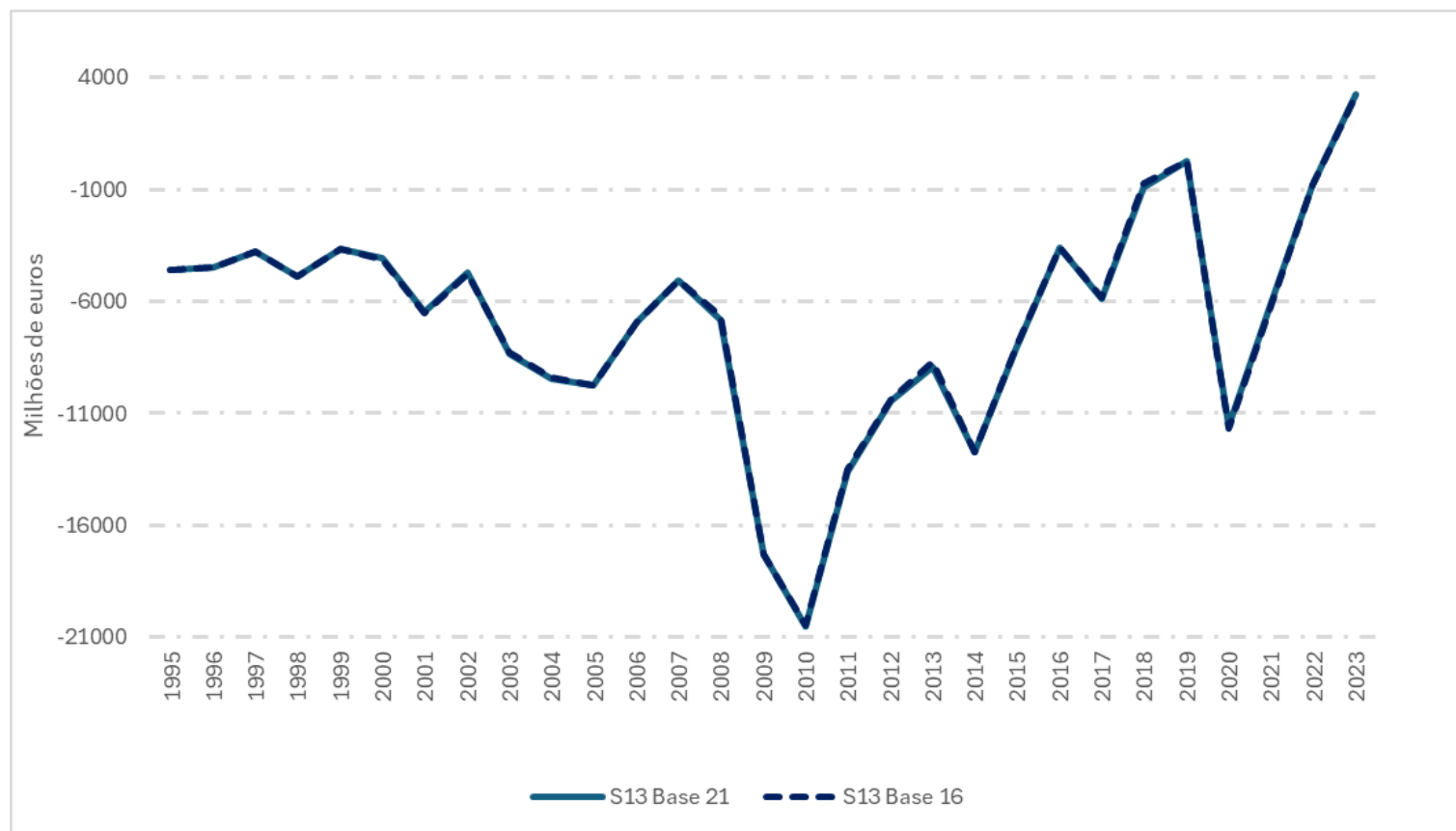
A Capacidade de financiamento das famílias piorou (mais consumo nos anos "recentes - S15; revisão da série dos NP)





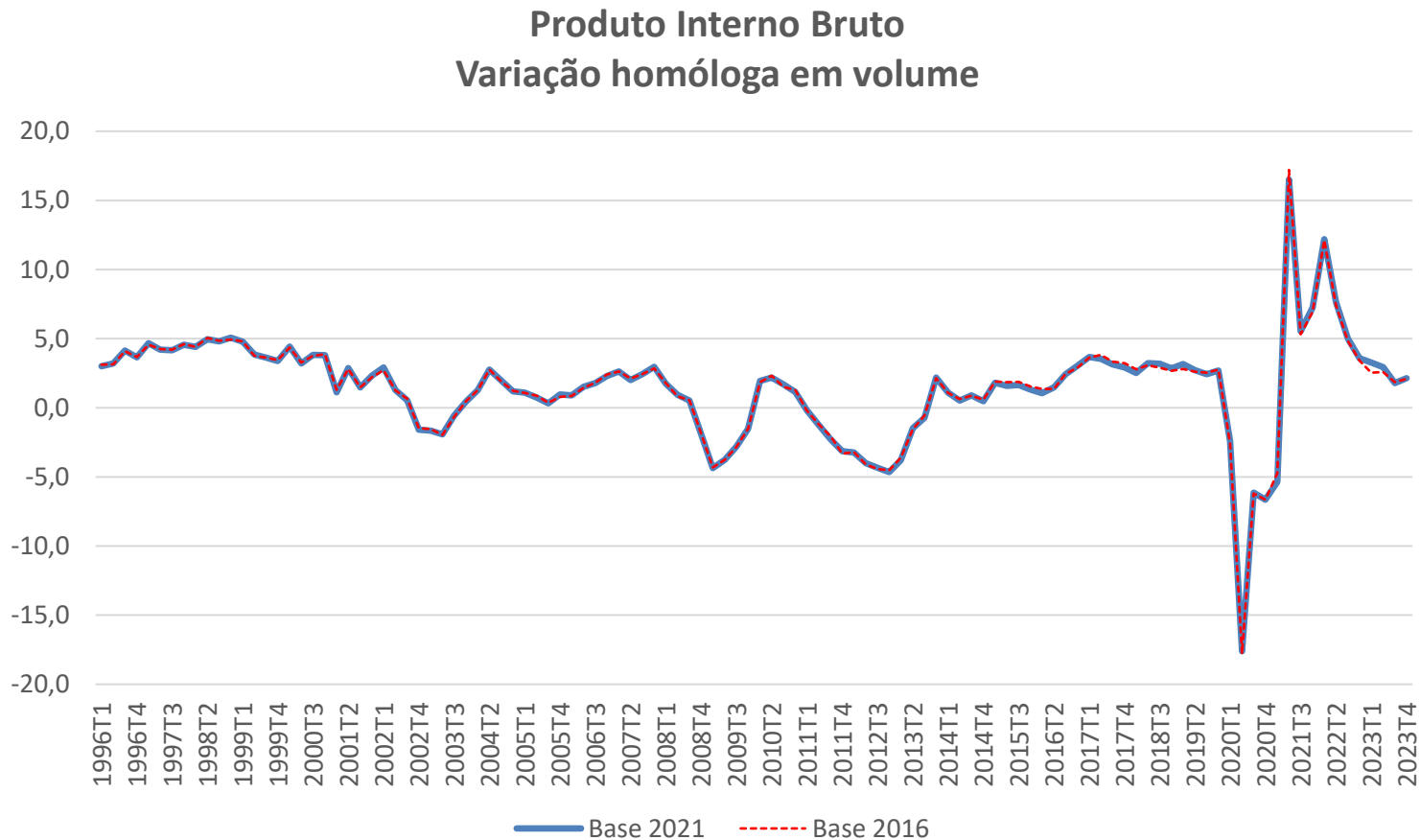
Principais impactos e resultados

Capacidade/Necessidade de financiamento das AP (base 2021 versus base 2016)



Principais impactos e resultados

Produto Interno Bruto trimestral (base 2021 versus base 2016)



Principais impactos e resultados

Revisões do Produto Interno Bruto em 2022 – Base 2021 versus Base 2016

| | Valor (10 ⁶ €) | | 2022 | | |
|---|---------------------------|----------------|---------------------------|--------------|--------------|
| | Base 2016 (Po) | Base 2021 | Valor (10 ⁶ €) | Revisão % | Contrib.(pp) |
| Despesa de consumo final residentes | 198 128 | 197 672 | - 456 | -0,23 | -0,19 |
| Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (1) | 155 564 | 155 215 | - 349 | -0,22 | -0,14 |
| Despesa de consumo final das AP (2) | 42 564 | 42 456 | - 108 | -0,25 | -0,04 |
| Formação bruta de capital | 50 046 | 52 142 | 2 096 | 4,19 | 0,86 |
| Recursos biológicos cultivados | 502 | 469 | - 33 | -6,59 | -0,01 |
| Outras máquinas e equipamentos e sistemas de armam. | 10 394 | 10 708 | 314 | 3,02 | 0,13 |
| Equipamento de transporte | 3 257 | 3 279 | 22 | 0,69 | 0,01 |
| Construção | 27 012 | 27 595 | 583 | 2,16 | 0,24 |
| Produtos de propriedade industrial | 7 501 | 8 138 | 637 | 8,49 | 0,26 |
| Aquisições líquidas de cessões de objetos de valor | 178 | 173 | | | 0,00 |
| Variação de existências | 1 203 | 1 779 | | | 0,24 |
| Exportações de bens e serviços | 120 199 | 120 714 | 515 | 0,43 | 0,21 |
| Exportação de bens (FOB) (3) | 81 416 | 81 769 | 353 | 0,43 | 0,15 |
| Exportação de serviços | 38 782 | 38 946 | 164 | 0,42 | 0,07 |
| Importações de bens e serviços | 126 032 | 126 571 | 539 | 0,43 | -0,22 |
| Importação de bens (FOB) (3) | 105 185 | 104 992 | - 193 | -0,18 | 0,08 |
| Importações de serviços | 20 847 | 21 579 | 732 | 3,51 | -0,30 |
| Produto Interno Bruto a preços de mercado | 242 341 | 243 957 | 1 616 | 0,67 | 0,67 |

Reavaliação do PIB 0,7 pp (0,2 pp efeito base; 0,5 pp val; 0,3 pp preço; 0,2 pp volume)

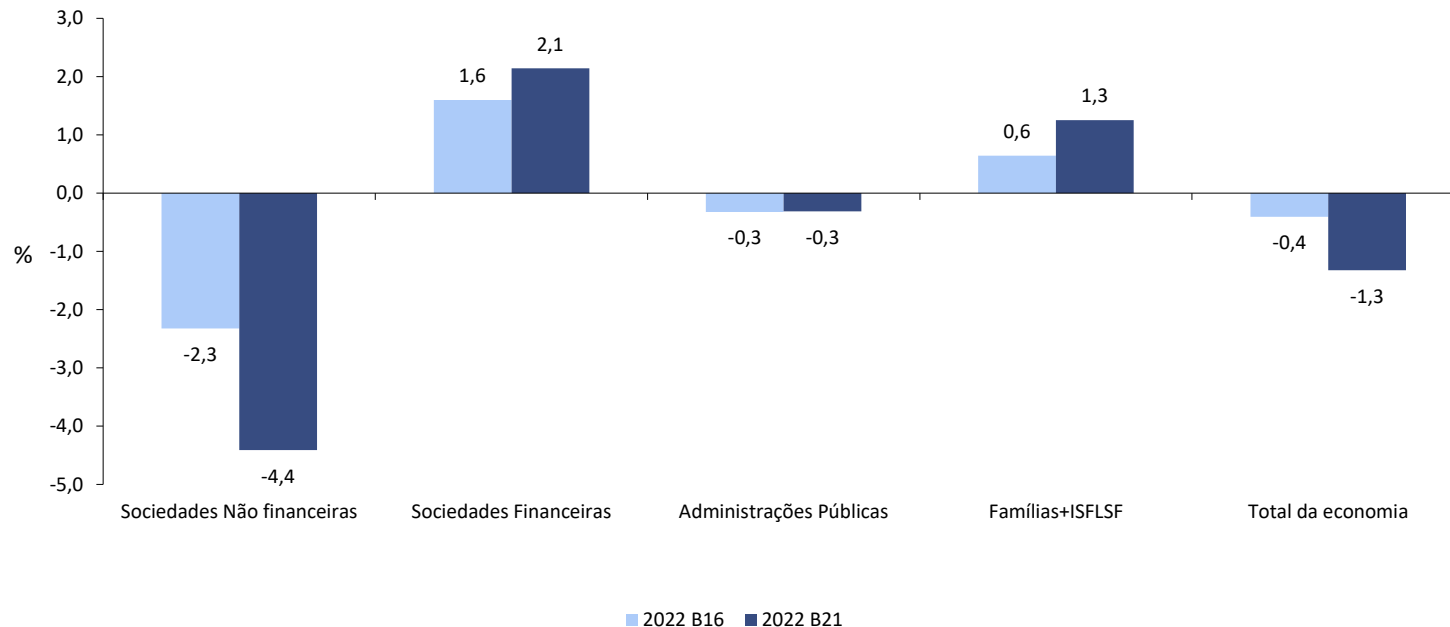
FBC, construção efeito base; PPI efeito base e serviços BoP e IPCTN; VE (IES)

Importações e exportações (serviços BoP; bens CI)

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas (3) FOB – “Free on Board”

Principais impactos e resultados

Capacidade/necessidade de financiamento e taxa poupança das famílias em 2022 (base 2021 versus base 2016)



A necessidade de financiamento da economia agravou-se para 1,3% do PIB;

A capacidade de financiamento das famílias melhorou de 0,6% para 1,3% do PIB

A taxa de poupança das famílias subiu 1,0 pp, para 7,3% do PIB

Principais impactos e resultados

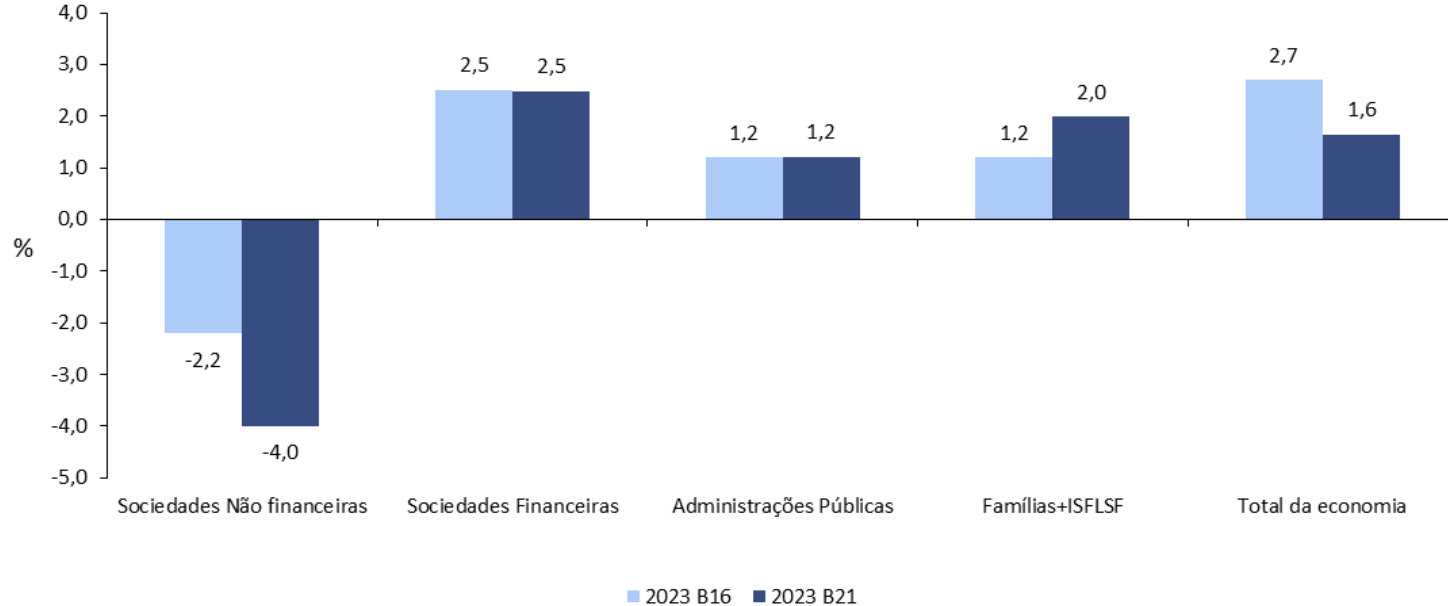
Revisões do Produto Interno Bruto em 2023 (base 2021 versus base 2016)

| | 2023 Pe | | | | | |
|--|---------------------------|----------------|--------------------|-------------|------------------------|------------|
| | Valor (10 ⁶ €) | | variação valor (%) | | variação em volume (%) | |
| | B 2016 | B 2021 | B 2016 | B 2021 | B 2016 | B 2021 |
| Despesa de consumo final residentes | 211 218 | 210 053 | 6,6 | 6,3 | 1,5 | 1,7 |
| Despesa de consumo final das famílias e ISFLSF (| 166 092 | 165 200 | 6,8 | 6,4 | 1,6 | 2,0 |
| Despesa de consumo final das AP (2) | 45 126 | 44 853 | 6,0 | 5,6 | 1,0 | 0,6 |
| Formação bruta de capital | 52 007 | 54 866 | 3,9 | 5,2 | 1,0 | 2,0 |
| Exportações de bens e serviços | 125 975 | 126 596 | 4,8 | 4,9 | 4,1 | 3,5 |
| Importações de bens e serviços | 123 675 | 124 130 | -1,9 | -1,9 | 2,2 | 1,7 |
| Produto Interno Bruto a preços de mercado | 265 525 | 267 384 | 9,6 | 9,6 | 2,3 | 2,5 |

Notas: (1) ISFLSF – Instituições Sem Fim Lucrativo ao Serviço das Famílias (2) AP – Administrações Públicas

Principais impactos e resultados

Capacidade/necessidade de financiamento e taxa poupança das famílias em 2023 (base 2021 versus base 2016)

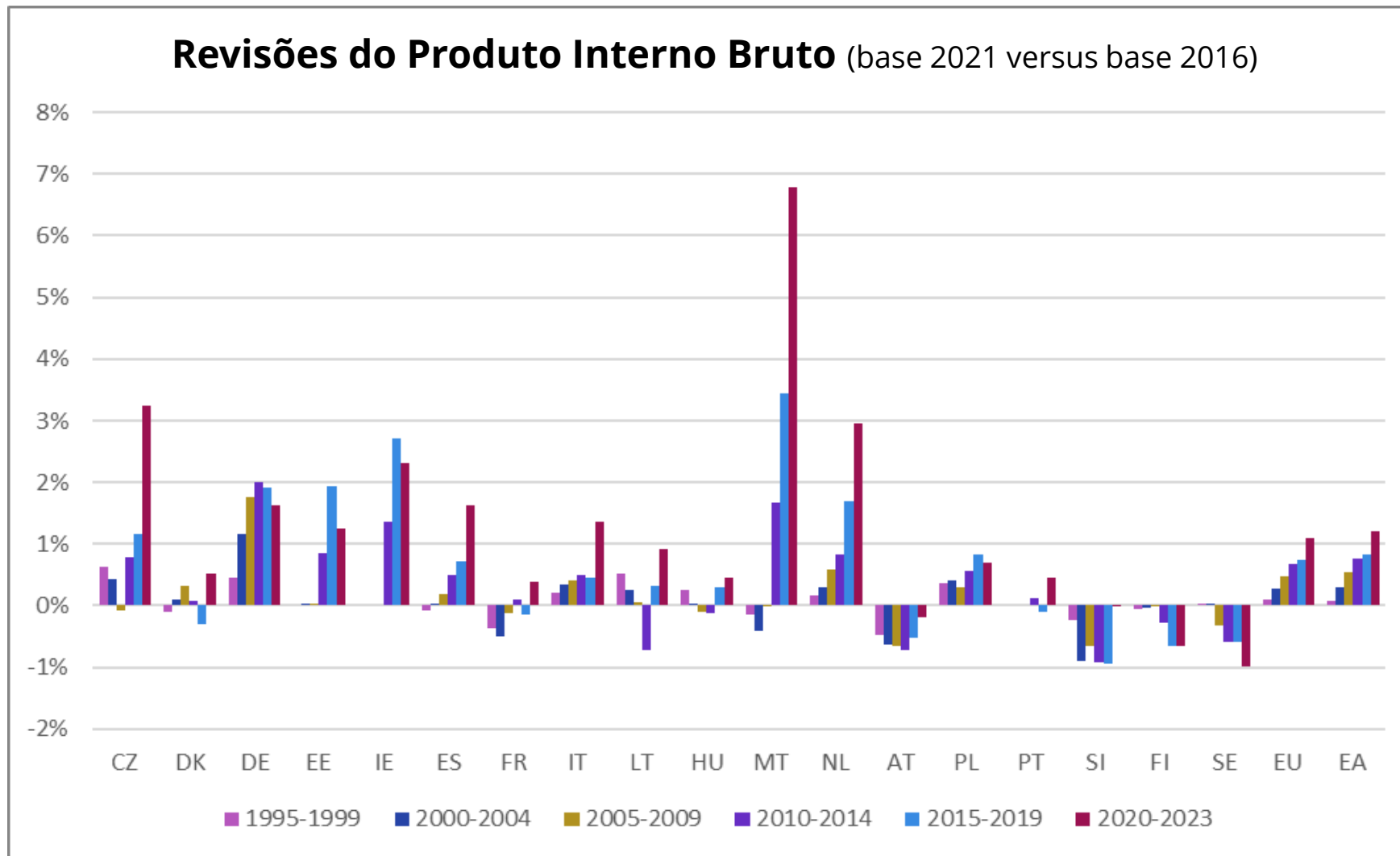


A capacidade de financiamento da economia foi revista para 1,6% do PIB;

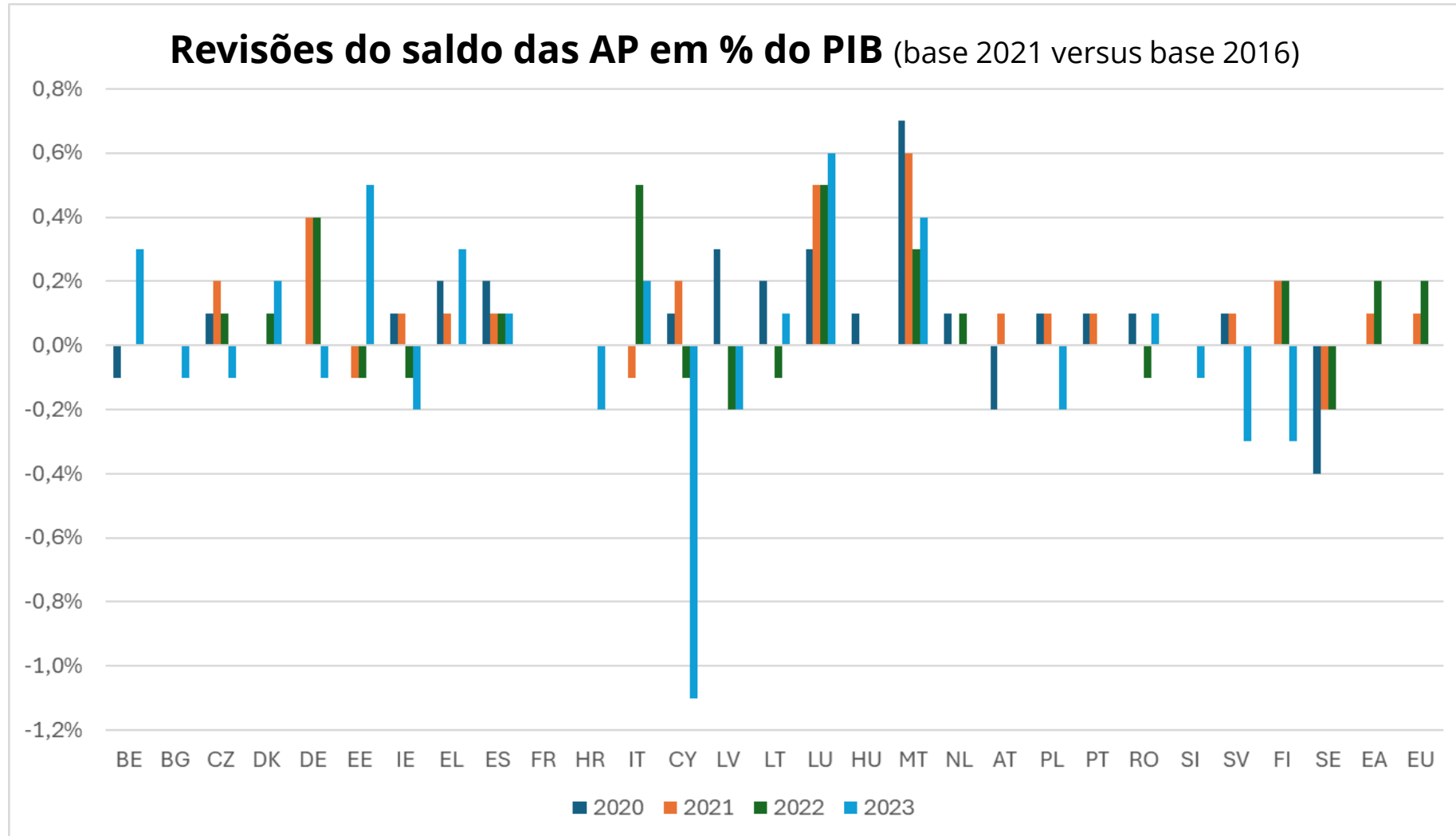
A capacidade de financiamento das famílias melhorou de 1,2% para 2,0% do PIB

A taxa de poupança das famílias aumentou de 6,6% para 8,0% do PIB

Principais impactos e resultados



Principais impactos e resultados





Principais impactos e resultados

Economia não observada - I

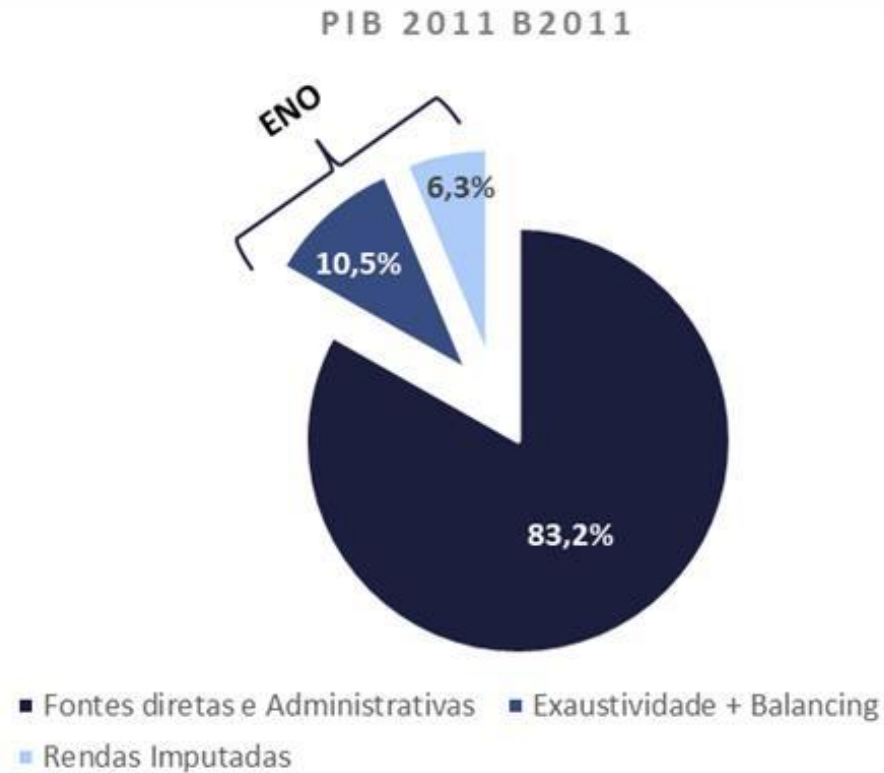
Toda a atividade produtiva deve ser registada, independentemente do seu caráter formal, informal ou mesmo ilegal, visando garantir a exaustividade do PIB

Assim, todos os países europeus integram, nas respetivas Contas Nacionais, estimativas fiáveis para todas as componentes não observadas da economia, incluindo as atividades ilegais de prostituição, contrabando e drogas.

Em **2021**, a Economia Não Observada (ENO) representou cerca de **12% do total do PIB**, representando uma redução de 5,1 p.p. ao longo dos últimos 10 anos;

Principais impactos e resultados

Economia não observada - II





Principais impactos e resultados

Economia não observada - III

Notas importantes:

- “Estimativas do peso relativo da economia não registada” que não tenham em conta a inclusão de parcelas estimadas de atividade não declarada no valor do PIB publicado pelo INE, resultam em valores manifestamente sobreavaliados
- As metodologias geralmente utilizadas na elaboração de “estimativas do peso relativo da economia não registada” dependem de uma condição inicial exogenamente fixada e que se terá baseado em estudos realizados na década de 90 do século passado. Desde então, os dados de Contas Nacionais já passaram por diversos processos de mudança de base, com a inclusão de melhorias nos processos de apuramento, nomeadamente na estimação de atividade não declarada, que resultaram em significativas revisões em alta dos níveis do PIB
- As “estimativas do peso relativo da economia não registada” expressam em geral uma tendência estrutural de crescimento dessa proporção, o que não é plausível e contraria conclusões obtidas a partir de outros instrumentos, como o gap do IVA





Base 2026

Próxima Base (2026) de Conta Nacionais

- Divulgação em setembro de 2029
- Novo SEC
- Novo quadro de transmissão
- Nova NACE

Revisão do SNA “concluída”; revisão do SEC iniciada.

Dois grupos paralelos para a revisão do SEC:

- i) Revisão do Manual
- ii) Revisão do programa de transmissão

Guidance notes necessárias

Principais inovações/alterações concetuais:

- Capitalização dos “data”
- Registo do “esgotamento/desgaste” (depletion) dos recursos (não renováveis?)
- Contabilização do “retorno de capital” na Produção não mercantil

Outras alterações

Diversas contas de extensão (fora das Core accounts): i) contas dos ecossistemas; ii) economia digital (digital SUT); iii) trabalho doméstico não remunerado?;...



Questões?

Obrigado.

Departamento de Contas Nacionais



4 de Novembro de 2024

